



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ST 1: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TRABALHO INFORMAL: AGÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE REDES

INFORMAL WORK: AGENCY AND NETWORK CONSTRUCTION

Renan Teixeira LUIZ¹, Silvia Lima de AQUINO², Alex Alexandre MENGEL³

Resumo:

O trabalho informal é uma importante forma de organização do trabalho, principalmente para indivíduos marginalizados do mercado formal e diante dos atuais movimentos de flexibilização das relações de trabalho. Segundo o IBGE, em 2019 38,6 milhões de brasileiros atuam na informalidade. Tendo como foco os trabalhadores por conta própria ou autônomos, o artigo propõe-se a discutir dois aspectos relacionados a eles: a capacidade de agência necessária para sua organização e a construção de redes de laços fracos para a manutenção desta forma de trabalho. Para tanto, recorreu-se a uma revisão bibliográfica de abordagens da nova sociologia econômica, a partir de autores como Norman Long, Pierre Bourdieu e Mark Granovetter. Verificou-se que tais perspectivas auxiliam na compreensão da sociabilidade e organização dos trabalhadores por conta própria, frente às mudanças do mercado de trabalho.

Palavras-chave: trabalho informal. trabalho por conta própria. perspectiva orientada ao ator. agência. laços fracos.

Abstract:

Informal work is an important form of work organization, especially for those marginalized in the formal market and in view of the current flexibility in labor relations. According to IBGE, in 2019 38.6 million Brazilians worked in the informal market. Focusing on self-employed workers, the article proposes to discuss two aspects related to them: the agency capacity necessary for their organization and the construction of weak ties networks to maintain this form of work. To this end, a bibliographic review on approaches to the new economic sociology was used, from authors such as Norman Long, Pierre Bourdieu and Mark Granovetter. It was found that such perspectives help to understand the sociability and organization of self-employed workers in the face of changes in the labor market.

Keywords: informal work. self-employment workers. actor-oriented perspective. agency. weak ties.

1 Mestrando no PGDREDES/UFRGS; e-mail: renantxr@hotmail.com

2 Professora da UFRGS, Doutora e Mestre em Ciências Sociais; e-mail: silvia.aquino@ufrgs.br

3 Professor da UFRGS, Doutor e Mestre em Ciências Sociais; e-mail: alex.mengel@ufrgs.br



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

INTRODUÇÃO

O trabalho informal ocupa um importante espaço em economias de países subdesenvolvidos, como o Brasil. A informalidade ganha ainda mais importância diante das atuais dinâmicas de flexibilização das relações de trabalho, como a uberização, a automação da indústria e da agricultura, e das alterações nas legislações trabalhistas e da previdência social. Cada vez mais o trabalho informal e as organizações locais de trabalho se colocam como alternativas a fim de garantir a reprodução social de grupos vulneráveis e à margem do mercado de trabalho formal.

O termo trabalho informal pode abranger uma série de atividades como comércio de rua, prestadores de serviço a domicílio, micro-empresários, terceirizados ou trabalhadores temporários. Cacciamali (2000) coloca que a maioria as atividades caracterizadas como informais possuem em comum o fato de serem realizadas em pequena escala, sem separação entre gestão e produção, e mediadas desconsiderando as regras expressas em lei. A autora ainda explica que estas atividades possuem caráter dúbio, pois ao mesmo tempo que podem representar profissionais que, a partir de seu ofício e respondendo a demandas de serviços e de trabalho, conseguem manter uma fonte de renda, também pode representar indivíduos marginalizados do sistema econômico que trabalham em condições extremas, sendo expressão de profundas desigualdades sociais. Matsuo (2009) complementa:

O trabalho informal é considerado como um desdobramento do excedente de mão-de-obra, com ocupações no setor não-organizado do mercado de trabalho (desemprego invisível). Isso equivale a dizer que ele se define a partir de pessoas que criam sua própria forma de trabalho como estratégia de sobrevivência, ou como parte de formas alternativas de ocupação utilizadas pelas empresas capitalistas na produção - por exemplo, o trabalho em tempo parcial ou casual, o trabalho temporário, o contrato de prestação de serviços, além de subcontratações estabelecidas com pequenas empresas terceirizadas para a produção de bens e serviços. (MATSUO, 2009, p. 7).

Cacciamali (2000) assevera que é possível distinguir dois fenômenos principais relacionados ao processo de informalidade do trabalho. O primeiro está relacionado à reorganização do trabalho assalariado, ou seja, uma nova organização do então trabalho formal em que, a partir de processos como terceirizações e subcontratações, as condições de trabalho são desregulamentadas. O segundo processo é associado ao auto-emprego, onde o indivíduo, por opção ou por exclusão do mercado formal, organiza suas atividades por conta própria, geralmente, atividades no setor de serviços. Matsuo (2009) acrescenta ainda que o trabalho informal pode se colocar como uma estratégia de sobrevivência para indivíduos que perderam seus empregos formais como também pode ser, por inúmeros motivos, uma opção de vida para os indivíduos que preferem desenvolver



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

suas atividades profissionais de forma autônoma.

Os dados da PNAD desenvolvida pelo IBGE (2020), apontam que no terceiro trimestre de 2019 foi registrado o maior índice de trabalhadores informais desde que a pesquisa passou a ser desenvolvida, em 2016. Neste trimestre citado, os chamados trabalhadores por conta própria somavam 24,6 milhões em todo país, representando 11,72% da população total e 22,75% da força de trabalho brasileira. Se considerarmos ainda os trabalhadores sem carteira assinada este contingente será de 36,28 milhões de trabalhadores, ou 17,28% da população e 34,19% da força de trabalho, contingente maior do que os 33,07 milhões de trabalhadores do setor privado com carteira assinada no período. Em 2016 o números eram de 21,74 milhões de trabalhadores por conta própria, que representavam 10,62% dos brasileiros enquanto os trabalhadores do setor privado com carteira assinada somavam 33,99 milhões. Ou seja, em três anos, houve acréscimo de quase três milhões de trabalhadores exercendo atividades por conta própria e redução de quase um milhão no número de empregados com carteira assinada. Neste período o setor que mais perdeu postos de trabalho foi a construção civil, passando de 7,11 milhões de trabalhadores em 2016 para 6,86 milhões em 2019. Destaca-se que em 2016 o país já vivia os efeitos da crise econômica e os índices de desemprego aumentavam desde 2014. Além disto, o trabalho informal, justamente por tratar-se de uma atividade não formalizada, pode ter seus números sub quantificados.

Em economias da periferia do capitalismo, como a brasileira, o trabalho por conta própria possui importância estrutural. Segundo dados do ITECO, em 2019 a chamada “economia subterrânea” movimentou 17,3% do PIB brasileiro. Prandi (1978) destaca que o trabalhador por conta própria se coloca fora da lógica estrutural entre assalariado e capital. O autor coloca que o trabalho autônomo resistiu, como forma de organização, aos processos de modernização e expansão capitalistas. Sendo este um fenômeno que caracteriza economias subdesenvolvidas, pois trata-se de uma “estrutura arcaica” que coexiste e adapta-se à sociedade capitalista.

Neste artigo objetiva-se estabelecer uma reflexão, a partir da revisão bibliográfica de abordagens e perspectivas da nova sociologia econômica, sobre como a capacidade de agência e a formação de redes aplicam-se às relações de trabalho informal.

Apesar do termo trabalho informal possuir amplitude conceitual e permitir múltiplas abordagens, neste artigo será abordado o trabalho vinculado às atividades desenvolvidas por prestadores de serviços, também chamados de trabalhadores autônomos, onde os profissionais, em geral, atuam com reparos e manutenções residenciais, como pedreiros, diaristas, eletricitas e jardineiros.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Cacciamali (2000) caracteriza o trabalho por conta própria como atividades em que indivíduos, com pouco nível de capital físico ou humano, são ao mesmo tempo patrões e empregados de si mesmos. Tais indivíduos operam diretamente na prestação de um serviço e podem empregar familiares ou auxiliares nesse processo, como extensão de seu próprio trabalho. Este modelo de negócio se coloca a partir de uma lógica de sobrevivência, tendo como objetivo a obtenção de rendimentos que permita a reprodução do grupo familiar destes trabalhadores. Ou seja, tais indivíduos não possuem como meta explícita a acumulação ou a obtenção de uma rentabilidade de mercado, mesmo porque não possuem capitalização ou organização do trabalho que lhes dêem sustentação para isto.

O artigo estrutura-se a partir de quatro seções. Além desta introdução a segunda seção aborda, a partir da perspectiva orientada ao ator de Norman Long e da teoria do campo de Pierre Bourdieu, a capacidade de agência necessária ao trabalhador informal para o exercício de suas atividades. A terceira seção trata da construção de redes que, a partir da força dos laços fracos teorizada por Mark Granovetter, permite a manutenção do trabalho para os prestadores de serviço que atuam na informalidade e como a teoria da imersão permite compreender as relações de confiança que se estabelecem entre os contratantes e os trabalhadores autônomos. Por fim, a quarta e última seção traz as considerações finais.

A capacidade de agência no trabalho por conta própria

O indivíduo que trabalha por conta própria, seja por opção ou por exclusão do mercado formal, empreende uma atividade produtiva de pequena escala a partir dos recursos que possui. Em geral estes recursos são o próprio conhecimento quanto às técnicas de trabalho, além de um pequeno, ou nenhum, capital financeiro e um certo capital social constituído de sua rede de contatos interpessoais. Diante deste cenário entende-se que o indivíduo que trabalha por conta própria possui capacidade de agência sobre o meio social em que está inserido, pois este é capaz de inserir-se no mercado, mesmo que de maneira informal, a partir de uma demanda por serviços.

Para desenvolver este argumento será utilizado, a partir da obra de Norman Long, a perspectiva orientada ao ator. Esta perspectiva surge como oposição às teorias estruturalistas da economia que entendem que as mudanças sociais partem de centros do poder e são impostas aos atores sociais locais. Para Long (2001), os atores sociais não devem ser descritos como indivíduos receptores passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam as informações do meio social e agem sobre esta. Entende-se que os diferentes modelos de organização das sociedades são resultados de interações, negociações e lutas sociais que ocorrem entre os diferentes atores. Vale



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

destacar que a estrutura social não é descartada nesta perspectiva, mas entende-se que abordagens que consideram apenas a estrutura não dão conta da complexidade das dinâmicas sociais, assim, deve-se atribuir o valor adequado a agência humana. Mais a frente discute-se a importância da estrutura para a conformação do campo econômico a partir da produção de Pierre Bourdieu.

Na perspectiva orientada ao ator, Long (2001), interpreta a capacidade de agência como um elemento central. A noção de agência está associada à capacidade do indivíduo em processar a experiência social e conceber formas de lidar com a vida, mesmo sob condições de coerção. Para o autor, os indivíduos possuem conhecimento e capacidade dentro dos limites e restrições de informações e recursos disponíveis no espaço social, sendo capazes de resolver problemas, processar as experiências vividas e intervir nos fluxos sociais.

A agência do indivíduo só faz sentido a partir de uma estrutura social existente, e só é eficaz quando está integrada em redes de relações sociais. Long (2001) enfatiza a relação direta entre agência e poder, colocando que a capacidade de agência envolve a manipulação de redes de relações sociais. Ou seja, todos os indivíduos são capazes de compreender e agir sobre seu meio, mas, a quantidade de conhecimentos e recursos disponíveis podem potencializar ou restringir estas capacidades. O acesso a linhas de crédito e a educação profissional são exemplos de como a estrutura social pode maximizar a capacidade de agência.

Long (2001) coloca que, dentro das análises sociológicas, a capacidade de agência é um importante elemento para identificar e caracterizar práticas, estratégias e racionalidades de diferentes atores sociais, assim como compreender como os diferentes atores, e seus interesses, entrelaçam-se dentro do espaço social. O autor propõe que as análises sociais combinem a abordagem orientada ao ator com abordagens histórico-estruturais. Especificamente quando discutimos os trabalhadores por conta própria a capacidade de agência é um elemento central para compreender as motivações destes profissionais e suas estratégias de reprodução social.

Profissionais como pedreiros, carpinteiros e jardineiros possuem conhecimento de técnicas referentes aos seus respectivos ofícios que, mesmo que não sejam conhecimentos científicos ou estejam sistematizados, são bastante úteis à prática da vida cotidiana. Ainda na perspectiva orientada ao ator, Long (2001) discute a produção e disseminação de conhecimento. O autor coloca que o conhecimento não pode ser possuído, acumulado ou quantificado, mas, gerado e transformado a partir do encontro de perspectivas e experiências que acontecem na interação social entre diferentes atores sociais. Ou seja, o conhecimento, assim como o poder, deve ser tratado de maneira relacional, e não como um estoque. O autor ainda argumenta que o conhecimento



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

cotidiano prático dos indivíduos pode enriquecer a ciência e aperfeiçoar as políticas de desenvolvimento. No contexto de prestadores de serviços, onde o capital disponível é escasso, o conhecimento adquirido possui maior importância, pois trata-se de um capital específico e que garante a sobrevivência a estes trabalhadores.

A fim de contrastar com a perspectiva orientada ao ator, cabe aqui colocar uma teoria da sociologia que coloca a estrutura no centro da análise. Para isso recorre-se à teoria do campo econômico, de Bourdieu (2005). O autor entende que os principais agentes do campo econômico são as organizações, cabendo aos consumidores comportar-se segundo os efeitos do campo, sendo que o grau de influência de cada agente é determinado pelos diferentes recursos que possui. Estes recursos estão associados principalmente ao volume de capital que o agente econômico dispõe.

Na teoria de Bourdieu (2005), a estrutura da distribuição do capital e de distribuição dos custos determinam a estrutura global do campo. Então, as relações de força entre as empresas e o controle de grande parcela do capital atribuí aos principais agentes poder e influência sobre todo o campo, permitindo a estes manipular e organizar as relações econômicas.

É importante destacar que a estrutura citada por Bourdieu (2005) trata de um nível mais amplo das relações econômicas, quando comparado com as relações do trabalhador por conta própria. O próprio autor defende a importância de considerar as ações individuais quando cita que “levar em conta a estrutura do campo e seus efeitos não leva de modo algum a anular a liberdade de jogo dos agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 29).

Formação de redes

A rede de contatos interpessoais é um fator fundamental para a manutenção das atividades do trabalhador por conta própria. Estas redes formam-se a partir de conexões que ocorrem por indicação de indivíduos que possuem laços com estes profissionais, permitindo que mantenham um bom nível de ocupação e conseqüentemente uma certa estabilidade de rendimentos. As indicações não são efetuadas necessariamente por indivíduos que possuem laços fortes com o prestador de serviços, pelo contrário, o argumento aqui colocado é que a maioria das indicações é feita por indivíduos que possuem laços fracos com estes profissionais. Para isso será utilizado nesta análise a abordagem que trata da força dos laços fracos, de Mark Granovetter.

A teoria dos laços fracos e fortes de Granovetter (1973) busca analisar as relações entre aspectos micro e macro da sociologia, colocando as relações interpessoais no centro da discussão. Primeiramente cabe colocar o conceito de laços, ou vínculos, que é definido pelo autor como a



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

combinação entre tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos que ocorrem entre dois indivíduos. De modo geral, classificam-se os laços em fortes e fracos, sendo os laços fortes os vínculos que os indivíduos possuem de proximidade e a longo prazo, o principal exemplo são de parentesco. Já os laços fracos, também chamados de contatos indiretos, são as demais relações sociais que ocorrem cotidianamente, e que são caracterizadas por vínculos mais difusos, menos prolongados e sem envolvimento emocional.

Como todas as relações sociais formam laços, e estes formam uma estrutura em rede, Granovetter (1973) coloca que os laços fracos ocorrem em maior número e fazem com que a “teia” de relações se amplie com mais facilidade, funcionando como ponte entre grupos de agentes sociais. Esta característica não é percebida nos laços fortes, que costumam ser mais restritivos. Ou seja, o autor enfatiza a potencialidade que os laços fracos possuem em ligar indivíduos de diferentes posições da estrutura social agindo como difusores.

Granovetter (1973) desenvolveu estudos sobre o mercado de trabalho no subúrbio da cidade de Boston e percebeu que os contatos e informações que os indivíduos receberam sobre vagas de emprego vinham de pessoas que não estavam em seus círculos afetivos. O autor observou que aqueles indivíduos que estão fracamente ligados possuem maior probabilidade de frequentar outros círculos sociais e, portanto, terão acesso a diferentes informações, promovendo mobilidade e criando estruturas de laços fracos. Indivíduos muito próximos tendem a relacionar-se com as mesmas pessoas, então a tendência é que não forneçam novas informações.

De forma geral, Granovetter (1973) entende que os laços fracos são indispensáveis quando trata-se de promover oportunidades de negócios e a integração da comunidade por sua função de criar pontes entre pequenos grupos sociais. É justamente este papel de ligação que as indicações desempenham para os trabalhadores por conta própria. Vale destacar que o próprio trabalhador autônomo, além de beneficiar-se destas redes de laços fracos, acaba sendo ele próprio um elo de ligação, transitando entre diferentes grupos e circulando informações e contatos.

É importante ressaltar que os laços fortes não são descartados nestas relações de trabalho. Conforme coloca Matsuo (2009, p.8), as formas de resistência no trabalho informal “ocorrem a partir da construção de redes sociais formadas por parentes e amigos. Os laços de solidariedade e de confiança na interação social são fundamentais para o desempenho na atividade e permanência na informalidade”.

Quando um indivíduo indica os serviços de um trabalhador autônomo ele o faz a partir de uma relação de confiança que foi estabelecida. A fim de compreender este caráter de confiança das relações sociais recorremos a teoria da imersão, de Granovetter (2014). Nela o autor desenvolve



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

seu argumento, a partir da concepção de que os comportamentos e as instituições estão imersos em sistemas concretos e contínuos de relações sociais. Trata-se de uma perspectiva que compreende que os atores não se comportam como átomos fora do seu contexto social, enfatizando o papel das relações concretas e das redes de relações na origem da confiança e no desencorajamento da má fé. No campo econômico as relações sociais penetram com diferentes intensidades nos diferentes setores.

Granovetter (2014, p. 43) enfatiza a importância da indicação para a confiança em um indivíduo, pois “melhor que a afirmação de que alguém é conhecido pela sua honestidade é a informação de um informante confiável que já lidou com este indivíduo e já o considerou honesto”. Deste modo o autor fornece um exemplo do estabelecimento de relações de confiança citando o vínculo entre empreiteiros e prestadores de serviços da construção civil, onde existem relações relativamente estáveis e duradouras. O autor coloca que os empreiteiros costumam contratar as mesmas equipes de profissionais autônomos para suas obras, funcionando como uma “quase empresa”. Esta dinâmica ocorre em grande parte das obras de residências ou reformas onde os empreiteiros subcontratam, de maneira informal, os serviços de pintura, carpintaria e instalações elétricas. Nestes casos o que define a contratação destes profissionais não segue uma lógica apenas financeira, mas considera também as relações sociais que ali estão estabelecidas. Além do mais, quando o empreiteiro esta habituado a contratar os mesmos profissionais, estes criam rotinas e interagem entre si, tornando os processos mais eficazes.

Considerações Finais

Foi possível verificar a capacidade das perspectivas e teorias da nova sociologia econômica aqui apresentadas em compreender certos aspectos das relações informais de trabalho. A capacidade de agência se apresenta como uma perspectiva adequada para compreender o comportamento dos indivíduos que trabalham por conta própria assim como a formação de redes de laços fracos coloca-se como uma importante abordagem para analisar como as indicações permitem que o trabalhador autônomo mantenha suas atividades constantemente. É oportuno apresentar nesta seção algumas discussões que estão associados ao trabalho informal e suas relações.

A primeira discussão está relacionada ao papel do Estado frente às relações informais de trabalho. Deve-se promover políticas públicas de regularização do trabalho autônomo e informal? Ou criar vagas formais de trabalho objetivando extinguir atividades informais? Ou ainda, deve-se propor formas de organização deste contingente de trabalhadores informais para que possam estruturar suas atividades produtivas? Estas questões devem ser discutidas nos modelos de desenvolvimento atuais.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O enquadramento de Microempreendedor Individual - MEI, criado pelo Governo Federal em 2008, também pode ser discutido. Esta modalidade de empreendimento objetiva regularizar os trabalhadores informais a partir de uma carga tributária reduzida. Porém, também pode ser uma maneira de facilitar a subcontratação e terceirização por parte de empresas de grande e médio porte, retirando o vínculo destas com funcionários que tornam-se prestadores de serviço.

Outra discussão, esta associada ao Estado de bem-estar social, é quanto aos direitos trabalhistas, principalmente aos períodos de repouso como férias, licença maternidade e licença saúde. Em geral os trabalhadores por conta própria não possuem qualquer garantia de que irão dispor de renda, caso sofram um acidente de trabalho e muito menos podem desfrutar de alguns dias de férias ou até mesmo, em último caso, de tempo nos finais de semana. Estes fatores impactam diretamente na possibilidade de lazer e no bem-estar físico e psicológico destes trabalhadores.

Existe também uma percepção romantizada do trabalho por conta própria por parte de uma parcela da sociedade. As atividades autônomas são associadas a “vantagem” de não possuir “patrão” e ser “dono do próprio negócio”. Porém, a realidade demonstra que em grande parte do tempo estas formas de trabalho apresentam situações de incerteza e instabilidade além da falta de assistência básica e garantia de direitos.

Por fim, analisar o mercado de trabalho informal, principalmente de forma quantitativa, é uma tarefa que traz consigo uma série de questões quanto à definição do que constitui o mercado informal e sobre a confiabilidade dos números. Cacciamali (2000) aborda esta problemática colocando que existem três insuficiências relacionadas às estatísticas do trabalho informal: a primeira refere-se à necessidade da geração de dados primários, informações e análises a respeito do processo de reestruturação do trabalho, principalmente levando em conta as novas relações e os contratos legais, ilegais e alternativos. A geração de tais dados e análises permitiria avaliar a relevância quantitativa e qualitativa da fragmentação do trabalho assalariado através dos mecanismos de subcontratação ou de prestação de serviços. A segunda questão diz respeito à necessidade de examinar as classificações de ocupação e de introduzir ou reformular, caso necessário, categorias a fim de expressar novas funções. Já a terceira questão está associada à desagregação da categoria por conta própria. Isto porque atualmente o conceito abrange ocupações e indivíduos com formas diversas de inserção, de visibilidade e de legalidade no exercício das ocupações, tais como: profissionais liberais que trabalham em empresas; prestadores de serviços que atuam como trabalhadores assalariados temporários; proprietários de negócios no comércio e no setor de serviços; comerciantes e trabalhadores de rua; prestadores autônomos de serviços; ajudantes-assalariados de diferentes tipos de conta própria, etc.

Este artigo coloca-se como uma contribuição que busca interpretar, do ponto de vista sociológico



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

e econômico, as recentes transformações estruturais no mercado de trabalho. Verificou-se que as perspectivas abordadas da nova sociologia econômica auxiliam na compreensão da sociabilidade e organização dos trabalhadores por conta própria frente às novas dinâmicas do sistema econômico e que tais dinâmicas demandam estudos e análises aprofundadas sobre seus impactos.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico**. Política e Sociedade, Florianópolis, n. 6, abr. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>>. Acesso em: 10 set. 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, p.153-174, jun. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>>. Acesso em: 10 set. 2020.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, v.17, Edição Especial, Rio de Janeiro, p. 844-856, nov. 2019. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/76936/76494>>. Acesso em: 10 set. 2020.

GRANOVETTER, Mark S. La fuerza de los vínculos débiles. **American Journal of Sociology** (EUA), v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark S. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga. **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 31-68.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL - ITECO. **Índice da Economia Subterrânea**. 2019. Disponível em: <<https://www.etc.org.br/economia-subterranea/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio - PNAD**. 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct>>. Acesso em: 10 set. 2020.

LONG, Norman. **Development sociology: actor perspectives** (EUA). London: Routledge, 2001.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. 2009. 371 p. Tese



OBSERVADR





II SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

- Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05032010-130328/pt-br.php>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.



OBSERVADR

